

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
GABINETE CIVIL
GRUPO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 O presente Termo de referência tem por objeto aquisição de Licença para o equipamento Appliace do fabricante "FortiNet", modelo "FORTIGATE 601F", na modalidade de Pregão Eletrônico, para atender as necessidades do Município de Parnamirim, através do Gabinete Civil.

1.2 Os bens e serviços a serem contratados são comuns, pois têm especificações usuais, caracterizando-se por padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos e entendidos pelo mercado

1.3 Critério de julgamento: Menor Preço Global

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Como todo parque tecnológico, o da Prefeitura Municipal de Parnamirim necessita de proteção constante. Nos últimos anos a Tecnologia da Informação adotou, entre outros métodos, a barreira de proteção, que controla o tráfego de dados entre qualquer equipamento conectado à rede interna e a Internet, através da ferramenta Firewall.

2.1.1 Assim como a tecnologia evolui, os ataques tornam-se cada vez mais sofisticados, além da necessidade de atualização da versão da ferramenta Firewall, surge a necessidade de adquirir e renovar os licenciamentos dos Appliance NGFW, visando maior segurança na camada de rede, evitando ações de malwares (softwares maliciosos) destinado a infiltrar-se em sistemas de computadores, com o intuito de causar alguns danos, alterações ou roubo de informações.

2.2. A escolha da solução específica da Fortinet é fundamentada pelos seguintes motivos:

2.2.1. Compatibilidade Técnica: A licença solicitada é plenamente compatíveis com a infraestrutura tecnológica já existente Prefeitura de Parnamirim, evitando custos adicionais com adaptações ou substituições de equipamentos.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
GABINETE CIVIL
GRUPO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

2.2.2. Confiabilidade e Certificação: A Fortinet é uma empresa líder global em soluções de segurança de rede, com certificações reconhecidas mundialmente que atendem aos padrões de qualidade e segurança exigidos para a proteção de dados institucionais.

2.2.3. Natureza Exclusiva da Solução: A licença da Fortinet FORTIGATE 601F é fornecida exclusivamente por representantes autorizados da marca, sendo inviável a substituição por produtos de terceiros sem comprometimento da eficiência e segurança do sistema.

2.3 No que tange ao critério para julgamento do presente certame, informamos que trata-se de uma licitação em que a natureza do objeto não permite o parcelamento, em virtude de desvantagem a administração pública no momento da fiscalização e da execução dos contratos, caso sejam feitas com empresas distintas. Vejamos dois acórdãos do TCU em que ressalta a legalidade da utilização do preço global:

[...] inexistente ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si. – Acórdão – TCU5.260/2011-1ª Câmara. (Grifo nosso) Número interno do documento: AC-1214-17/13-P Número do Acórdão: 1214 Ano do Acórdão: 2013 – parcelamento do objeto Há que se avaliar, para cada tipo de contratação, se o parcelamento é benéfico ou não para a administração, sob os pontos de vista técnico e econômico.

Assim, um eventual parcelamento não ampliaria a competitividade das licitações e potencialmente aumentaria o custo da contratação, uma vez que se empresas diversas ganharem a prestação de serviços dessa natureza, o custo fixo por posto de trabalho será maior. Além disso, aumentaria a dificuldade de gerenciamento dos contratos por parte da administração, que teria de se relacionar com um maior número de empresas.

Desse modo, entendemos que não há prejuízos para Administração Pública optar pelo Menor Preço Global, em virtude das suas características e suas obrigatórias interações, que impossibilitariam a atribuição, a diferentes contratadas, eventual

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
GABINETE CIVIL
GRUPO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO

responsabilidade por danos ou por defeito de execução dos serviços. Ressaltamos ainda que tal opção facilitará o gerenciamento do contrato, ensejará o planejamento e a racionalização do trabalho, melhor gestão dos contratos, o adequado cumprimento de prazos e padrões de qualidade e não implicará em desvantagens quanto a competitividade.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS/SOFTWARES PARA AQUISIÇÃO

3.1 – Seguem discriminadas as especificações dos equipamentos/software a serem contratados:

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO
01	01	UND.	<p>Licença para o equipamento Appliace do fabricante "FortiNet", modelo "FORTIGATE 601F"</p> <ul style="list-style-type: none">– FortiGuard IPS Service - Proteção contra intrusões e ataques de rede– FortiGuard Web & Video Filtering Services Filtro de conteúdo web e vídeo– AS Services - Serviços avançados de segurança– Premium Web Support - Suporte premium (web)– Premium Comprehensive Support - Suporte premium abrangente– Premium Advanced Return and Replace - Garantia com troca avançada do hardware– FortiGuard Data Loss Prevention Service

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
GABINETE CIVIL
GRUPO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO

			(DLP) - Prevenção contra perda de dados – OS Updates FortiGate-601F - Atualizações do sistema operacional do appliance - GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO ONLINE, PELO PERÍODO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES
02	01	UND	Serviços: Implantação da solução Onsite e treinamento de capacitação técnica

3.2 A descrição dos itens deverá ser a exigida neste termo de referência, independente da descrição a que faça referência o código CATMAT/CATSER. Não serão aceitas características diferentes ou inferiores às constantes no item 3, assim como, nos anexos deste termo de referência.

3.3 Projeto para 36 meses de atualizações. Probabilidade máxima de 75% de crescimento nos próximos 3 anos, o hardware e software deve contemplar o crescimento previsto sem necessidade de troca do aparelho.

3.4 Não será aceita solução não homologada no mercado e que não tenha certificados de qualidade e segurança de entidades reconhecidas internacionalmente e governamentais se for o caso, conforme exigência do presente Termo de Referência.

3.5 Não serão aceitos solução que não possuam o recurso exigido do Termo de Referência, mesmo que tenha promessa que venha a ser lançado em um futuro release. Todos os recursos e especificações técnicas precisam ser atendidos integralmente na data de publicação deste Termo de Referência.

3.6 O projeto busca a máxima segurança e relação custo-benefício com equipamentos que permitam evolução tecnológica.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
GABINETE CIVIL
GRUPO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

3.7 As licenças devem garantir atualizações automáticas das bases de antivírus, IPS, WebFilter, DLP e Application Control..

3.8 O Firewall deve suportar ser gerenciado pelo browser de WEB (HTTPS e HTTP), não será aceito gerenciamento por console instalado em desktop ou servidor. Deve permitir ser gerenciado por console WEB único através do Appliance de gerência de rede;

3.9 A empresa vencedora deverá fornecer toda a infraestrutura e pessoal devidamente certificado conforme presente Termo de Referência para implementação, treinar e suportar todo o projeto, sendo obrigatoriamente autorizado do fabricante para a venda e execução dos serviços deste Termo de Referência, comprovando esta condição através de carta emitida pelo fabricante;

3.10 Não será aceito subcontratação por se tratar de uma solução complexa, que envolve muitos elementos técnicos e de muita complexidade, a subcontratação com certeza acarreta prejuízo à segurança e gerenciamento da solução;

3.11 O suporte será prestado exclusivamente pelo fabricante;

3.12 A empresa vencedora deverá apresentar documentos comprovando que atende a todos os itens do presente Termo de Referência. O CONTRATANTE a seu critério poderá chamar o licitante para homologação do projeto e comprovação que atende às exigências do presente Termo de Referência.

4. SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE. PLANEJAMENTO DE IMPLANTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE SEGURANÇA DE PERÍMETRO INTERNET

4.1 A contratada deverá realizar implantação onsite, com verificação do número de série, ativação das licenças e registro no portal Fortinet.

4.2 Serão realizados testes de atualização e funcionamento das funcionalidades FortiGuard.

4.3 A homologação será concluída mediante apresentação de relatório técnico de ativação

5. SERVIÇOS DE GARANTIA/SUPORTE DA SOLUÇÃO

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
GABINETE CIVIL
GRUPO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO

5.1 Disponibilização por parte do fabricante da solução, Suporte remoto e web 24x7 pelo fabricante Fortinet, com abertura de chamados via portal FortiCare. Inclui atualizações automáticas e ilimitadas de firmware, patches e assinaturas de segurança.

5.2 Requisitos dos Serviços de Suporte

Os seguintes requisitos mínimos devem ser atendidos:

- a. **Atendimento no local:** Caso identificada a necessidade de atendimento presencial por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá se deslocar até o CONTRATANTE para realizar o atendimento presencial mediante disponibilidade da equipe da CONTRATANTE.
- b. **Abertura de chamados:** Os chamados de suporte poderão ser feitos via telefone ou sistema de Help Desk via Internet, com interface WEB. O sistema WEB de HelpDesk, deverá permitir o controle, por parte da CONTRATANTE, de todos os chamados e atendimentos realizados, em aberto ou fechados, além de permitir a emissão de relatórios estatísticos.
- c. **Horário de atendimento:** Os serviços de suporte serão executados em regime de 9x5 (Horas e dias úteis comerciais).
- d. **Tempo de resposta aos chamados:** Os chamados de suporte realizados, deverão ser respondidos em um prazo compatível com o nível de urgência especificado pela CONTRATANTE no momento da abertura do chamado, conforme descrito a seguir:
- e. **Tempo de solução:** o tempo de solução de problemas dependerá de sua extensão, gravidade, disponibilidade de recursos de hardware e software. A empresa contratada deverá fornecer uma estimativa de tempo para solução do problema dentro da primeira hora de atendimento.

Nível do Problema	Descrição	Horário Comercial		Horários Alternativos	
		Remoto	In-Loco	Remoto	In-Loco
Crítico	-Serviço completamente indisponível.	1h	2h	2h	4h
Severo	-Serviço parcialmente operando	2h	4h	4h	8h

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
GABINETE CIVIL
GRUPO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO

Alerta	-Serviço com degradação de performance ou funcionalidade.	4h	4h	8h	16h
Normal	-Aplicação de patches e hot fixes. -Resolução de dúvidas.	Agendamento com 48 horas			

- a. Sistema informatizado para controle e atendimento do suporte: Deverá ser utilizado um sistema informatizado, disponibilizado via Internet, para controle dos serviços de suporte, que funcionará como gerenciador de demandas, devendo possuir registro, acompanhamento e formação de estatísticas sobre a evolução das operações dos atendimentos de suporte.
- b. A EMPRESA CONTRATADA deverá disponibilizar este sistema para o CONTRATANTE pelo tempo de duração do contrato.
- c. Durante o período de suporte nos casos que tiver deslocamento para a CONTRATANTE, o custo vai correr exclusivamente por conta da CONTRATADA.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA

6.1 Comprovação de que a licitante executou, sem restrição, serviço de natureza compatível ao indicado no Termo de Referência e seus respectivos anexos, para empresa pública ou privada. A comprovação será feita por meio de apresentação de atestado(s), devidamente assinado(s), carimbado(s) e em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço, com contato, telefone e e-mail compatível com o objeto desta licitação;

6.2 Apresentar declaração do fabricante, certificando a qualificação técnica do licitante para participação. O fabricante deverá declarar que o licitante é revenda técnica autorizada do fabricante a fornecer suporte e comercializar suas soluções;

6.3 Catálogos e documentos com todas as características técnicas dos produtos propostos, de forma a comprovar atendimento às características técnicas mínimas desta especificação;

6.4 Documentação, manuais, folhetos, sites “impressos” da WEB, com suas respectivas URL’s para conferência, ou qualquer outro tipo de documento técnico, que efetivamente comprove a existência e aderência ao quesito ou padrão exigido ao

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
GABINETE CIVIL
GRUPO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO

longo dessas especificações. Um ponto a ponto de cada característica e onde se encontra a referida comprovação deverá ser apresentado juntamente com a proposta, sendo que não comprovação de tais características implicará na desclassificação da proponente;

6.5 Não será aceito equipamento que não atenda a todos os itens do Termo de Referência, nem mesmo promessa que venha a fornecer determinado recurso em um release, upgrade ou versão nova.

6.6 A proponente deverá apresentar carta de autorização Fortinet, datasheet oficial das licenças, prints de portal Fortinet e tabela de conformidade técnica com indicação dos itens atendidos, comprovando que é revenda técnica oficial.

7. DO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS

7.1. Os fornecimentos de materiais deverão prever todos os equipamentos, componentes e subcomponentes, objetivando garantir a total conectividade e interoperabilidade, que deverão resultar no perfeito funcionamento do conjunto, com níveis de desempenho adequados aos fins a que se destinam no contexto de melhorias nos Serviços de conexões da Prefeitura Municipal de Parnamirim.

7.2. Os equipamentos e serviços a serem utilizados para a execução do serviço, bem como para a sua manutenção em eventuais problemas, ficam sendo de total responsabilidade da empresa contratada. Devendo fornecer **TODOS** os equipamentos e os materiais necessários conforme o solicitado, ou de acordo com a demanda vigente.

7.3. Todos os componentes e subcomponentes objetos deste Termo de Referência deverão ser novos, de primeiro uso, sem previsão de descontinuidade anunciada, com tecnologia atualizada e avançada, em linha de produção atendendo às características técnicas.

8. HOMOLOGAÇÃO DA SOLUÇÃO

8.1 Execução dos seguintes serviços referentes à homologação da solução:

- a. certificados oficiais Fortinet;
- b. relatório técnico de implantação;
- c. relatório de treinamento;

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
GABINETE CIVIL
GRUPO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO

- d. relatório de homologação técnica;
- e. comprovação de autorização de revenda Fortinet.

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento seguirá rigorosamente a Ordem Cronológica de Pagamentos estabelecida pela Resolução 032/2016 TCE/RN e Decreto Municipal nº 6.048/2019, contados a partir da data do atesto da CONTRATANTE.

9.2. Para execução do pagamento, a CONTRATADA deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Órgão beneficiado com o devido n.º do CNPJ, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

9.3. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Órgão beneficiado.

9.4. Por ocasião da apresentação da nota fiscal/fatura, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento mensal dos encargos sociais e previdenciários, quais sejam, INSS, CNDT, FGTS, Certidões Negativas das Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

9.5. A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender o pagamento se os produtos forem entregues em desacordo com as especificações constantes neste certame.

9.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, acompanhado da nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

9.7 Deverá ser obedecido os ditames do Decreto nº 7.202/2023, que dispõe sobre a retenção de Imposto de Renda nas contratações de bens e na prestação de serviços realizados.

10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A CONTRATADA estará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo da eventual anulação da nota de empenho de despesa ou da rescisão do instrumento contratual:

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
GABINETE CIVIL
GRUPO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.2 As infrações, as sanções e os procedimentos de penalização serão aplicados na forma dos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

10.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado às secretarias municipais, observado o princípio da proporcionalidade.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.1.2. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas; 11.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
GABINETE CIVIL
GRUPO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO

11.1.3. Comunicar o CONTRATADO para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

11.1.4. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato;

11.1.5. Aplicar as sanções previstas na lei e no contrato, quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

11.1.6. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.2. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2 As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.4 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
GABINETE CIVIL
GRUPO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

12.5 Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

12.6 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.7 O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.8 O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.9 O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

12.10 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. As despesas com seguros, transportes, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da CONTRATADA.

13.2. A CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, imediatamente, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis.

13.3. A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
GABINETE CIVIL
GRUPO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO

13.4. O representante da CONTRATADA ficará responsável pela execução dos itens deste Termo de Referência, cabendo acompanhar o cumprimento rigoroso dos prazos, entrega de documentos, elaboração de relatórios de acompanhamento e quaisquer atividades pertinentes à execução do contrato.

13.5. A empresa vencedora responsabiliza-se pela reposição, em caso de imperfeições de fabricação ou transporte, no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da comunicação, sem prejuízos da garantia máxima exigida.

13.6. O material e a instalação do serviço deverá ser entregue dentro do prazo estabelecido e na qualidade solicitada, sob pena de responsabilidade contratual, salvo caso fortuito ou motivo de força maior.

13.7. Todos os equipamentos e serviços deverão ser entregues e funcionando perfeitamente.

13.8. A recusa da aceitação dos serviços deverá ser feita por escrito e conterà os elementos que motivaram a sua determinação. Assim, elencará os produtos ou serviços que estão em desacordo com as especificações e/ou os defeitos apresentados. Diante disso, a CONTRATADA se disporá a consertar, ajustar, substituir os produtos ou fazer os serviços apontados na correspondência do Grupo de Ciência e Tecnologia da Informação e Inovação – GCTI e no término, apresentará o resultado à GCTI.

13.9. A CONTRATADA será responsável pelos seguintes encargos:

13.9.1. Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais, e municipais, trabalhistas, com a Regularidade de FGTS e os que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste instrumento, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo CONTRATANTE.

13.9.2. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros por atos de seus empregados ou prepostos, durante a execução deste contrato.

13.9.3. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao órgão CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

14. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
GABINETE CIVIL
GRUPO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

14.1 Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), observado o interregno mínimo de 12 meses, contados do orçamento estimado, conforme disposto nos arts. 92, §§ 2º e 3º da Lei nº 14.133/2021, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.2. O direito a que se refere o item anterior deverá ser efetivamente exercido mediante pedido formal da CONTRATADA até 180 (cento e oitenta) dias após o atingimento do lapso de 12 (doze) meses a que se refere o caput desta cláusula, sob pena de preclusão do direito ao seu exercício.

14.3. Os efeitos financeiros retroagem à data do pedido apresentado pela CONTRATADA.

14.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, manter-se-á o marco inicial descrito no item 14.1.

14.5. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.7. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor

16. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
GABINETE CIVIL
GRUPO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO**

16.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento na modalidade pregão, conforme art. 28 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço Global, conforme art. 33, da referida Lei Federal

17. PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

17.1 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

18. DA APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

18.1 A autoridade competente para aprovar o termo de referência e responder sobre as questões formuladas durante o certame e após sua conclusão, atinentes aos itens definidos neste Termo de Referência .

Parnamirim/RN, data da assinatura digital.

DANIEL DOS SANTOS BORGES
Coordenador em Tecnologia da Informação
Matrícula: 89435

AFRÂNIO ALEX DE
Assessor em Tecnologia da Informação - GCTI
Matrícula: 4823

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

CAIO CÉSAR VARELA DA SILVA
Chefe de Gabinete Civil



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1F2B-1CA2-0F29-F620

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ AFRÂNIO ALEX DE SANTANA SOUZA (CPF 012.XXX.XXX-03) em 26/03/2026 12:16:54 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ DANIEL DOS SANTOS BORGES (CPF 112.XXX.XXX-00) em 26/03/2026 14:47:12 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CAIO CÉSAR VARELA DA SILVA (CPF 000.XXX.XXX-58) em 29/04/2026 09:59:58 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://parnamirim.1doc.com.br/verificacao/1F2B-1CA2-0F29-F620>